

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

A *Revista Civilização Brasileira*: um veículo de resistência intelectual

Maria Rita C. Jobim Silveira;¹

Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

A *Revista Civilização Brasileira*, publicada de 1965 a 1968, foi um dos mais importantes veículos de resistência intelectual contra a ditadura militar. A análise de suas características gerais e de alguns de seus principais artigos demonstra a coragem e a ousadia na livre manifestação de idéias contrárias ao governo. Um breve histórico dos eventos que levaram ao Golpe de 1964 e dos primeiros anos do regime – período que vai até 1968, quando se decreta o AI-5 – oferece o quadro para que se possa avaliar o destaque e a relevância da *Revista* naquele contexto político, social e ideológico. Um resumo da atuação da Editora *Civilização Brasileira* desde sua criação permite que se compreenda que filosofia a regia e como pensava o homem que a dirigia, o editor Ênio Silveira. Com essa pesquisa objetivou-se resgatar uma parte do passado recente do Brasil, ressaltando o valor e a importância da resistência intelectual pautada por valores como a honestidade, a coragem e a ética, tão em falta nos dias atuais. A história da indústria editorial pode oferecer bons exemplos de atuação digna e relevante em defesa da liberdade de pensamento e de uma sociedade mais justa e humana.

Palavras-chave

Revista *Civilização Brasileira*; Editora *Civilização Brasileira*; Ênio Silveira; ditadura; intelectualidade.

¹ Formada em Produção Editorial pela ECO/UFRJ e em Letras pela PUC-Rio, é coordenadora e professora da equipe de Língua Portuguesa do curso pré-vestibular comunitário InVest desde 1998. Trabalha também como revisora e copidesque. Contato: ritajobim@hotmail.com.

Introdução

Este texto é resultado do trabalho que apresentei como monografia de conclusão do curso de Produção Editorial da ECO/UFRJ, em agosto de 2004. Escrever essa monografia não foi tarefa fácil. O tema pelo qual afinal me decidi, a *Revista Civilização Brasileira*, é absolutamente fascinante, mas a pesquisa sobre ele envolveu inúmeras dificuldades. A maior delas, certamente, foi o contato com uma história que me é particularmente tocante, pois que envolve a figura de meu pai, falecido há oito anos. Sim, porque quem estava à frente da *Revista Civilização Brasileira* era o editor Ênio Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira, empresa que adotou uma linha especialmente combativa e atuante no período da ditadura militar.

A *Revista Civilização Brasileira* foi possivelmente a publicação periódica mais significativa no período que vai de 1965 a 1968. O Brasil vivia, após o primeiro ano do Golpe, uma atmosfera política de incerteza e de repressão crescentes. Notícias de torturas começavam a aparecer nos jornais, ainda não totalmente calados pela censura. No embate de forças dentro da estrutura militar, a *linha dura* ganhava cada vez mais espaço. A Editora Civilização Brasileira caracterizou-se então como “ponto de encontro” de intelectuais de esquerda – de todos os matizes de esquerda. Era uma espécie de quartel-general da resistência, ao lado do jornal *Correio da Manhã*. Sua produção fervilhava, e chegou a lançar mais de um livro por dia útil. (FERREIRA, 1992, p.54)

A importância da *Revista* pode ser atestada pela análise de seu conteúdo, pelo depoimento de intelectuais que a acompanharam de perto, pela repercussão na imprensa e mesmo pela repressão que o governo militar julgou necessário impor sobre ela. Com a promulgação do Ato Institucional número 5, o AI-5, os editores foram obrigados a encerrar a publicação da *Revista*. Dez anos depois, porém, sob o nome de *Encontros com a Civilização Brasileira*, a publicação é retomada, indo até o início da abertura, na década de 80.

Para que se possa avaliar melhor o caráter e a relevância da RCB, a análise da *Revista* vem precedida de um breve histórico da Editora Civilização Brasileira – como surgiu, como se desenvolveu, o que marca sua linha editorial. Enfim, traços que ajudam a compreender a ideologia por trás da publicação.

Esse resgate histórico não é só um modo de introduzir o tema principal. Mais do que isso, revela a preocupação de renovar na memória dos jovens de hoje as marcas de um passado que não devemos esquecer. Na introdução de *A era dos extremos*, Eric Hobsbawn chama a atenção para a estratégia do esquecimento que caracteriza nossa época:

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”. (HOBSBAWN, 1995, p.13)

Foi com a esperança de poder fazer uma pausa nesse “presente contínuo” e restabelecer um vínculo com a experiência de gerações passadas que escrevi essa monografia. Que possamos nos reconhecer hoje em função do que fomos ontem. A história pública de nosso país faz parte, inevitavelmente, da história particular de cada um de nós. Conhecê-la em seus diferentes aspectos é, portanto, uma maneira de conhecer melhor a nós mesmos. Não é, porém, um simples exercício de auto-análise. Mais profundo do que isso, é um mergulho mesmo nas fundações de nossa sociedade atual, ou, por que não, nas bases desta *civilização brasileira* em que vivemos.

A Editora

As datas relativas ao início da Editora Civilização Brasileira são imprecisas. O editor Ênio Silveira afirmava que sua fundação foi em 1932. Outras fontes, porém, afirmam que essa é a data em que a Editora foi comprada por Octalles Marcondes Ferreira, passando a fazer parte do então poderoso grupo da Companhia Editora Nacional. O fato é que foi entre o final da década de 1920 e o início da década seguinte, no Rio de Janeiro, que o poeta Ribeiro Couto, juntamente com o escritor integralista Gustavo Barroso e o jornalista Hildebrando de Lima, irmão do poeta Jorge de Lima, juntaram-se para criar a Civilização Brasileira. Seu objetivo era agitar o meio cultural do país, ainda muito preso aos padrões franceses e à vida editorial portuguesa.

A editora não teve inicialmente muito sucesso, possivelmente devido ao fato de ser administrada por intelectuais que não sabiam lidar bem com o mercado ou não se

dedicavam o bastante ao empreendimento. Aos poucos, Fenício Marcondes Ferreira e seu irmão Octalles, um dos donos da poderosa Companhia Editora Nacional, compraram as ações da empresa.

A Companhia Editora Nacional (CEN), estabelecida em São Paulo, já era então uma empresa bastante lucrativa e com uma importante fatia do mercado editorial. Atuava principalmente no setor de livros didáticos, historicamente muito lucrativo. Apesar da grande experiência acumulada e da “operacionalidade de Octalles”, (FÉLIX, 1998, p.44) a Editora Civilização Brasileira continuou não tendo grande sucesso comercial. A administração à distância dificultava a obtenção de melhores resultados.

No início da década de 50, Octalles via-se diante de um impasse: ou dedicava-se a recuperar a Civilização Brasileira ou desistia desse empreendimento. Decidindo-se pela primeira opção, resolveu enviar seu genro, Ênio Silveira, recém-chegado dos Estados Unidos, para assumir a editora carioca.

Ênio começara a trabalhar na Companhia Editora Nacional quando ainda era estudante de Sociologia em São Paulo, no início da década de 1940. Durante o período em que trabalhou na CEN, Ênio teve contato com vários escritores e intelectuais, tornando-se amigo de muitos deles. Foi também durante esse período que conheceu e se casou com sua primeira esposa, Cleo Marcondes Ferreira, filha de Octalles. Pouco depois de se casar, Ênio foi para os Estados Unidos, onde fez um curso de editoração na Universidade de Colúmbia e trabalhou na Editora Alfred A. Knopf. Ali conheceu importantes autores americanos e aprendeu novas técnicas editoriais, principalmente quanto à divulgação dos livros. Já havia então desistido de seguir o caminho da Sociologia e decidido adotar a atividade editorial como profissão.

Foi também nos Estados Unidos que Ênio aprofundou sua posição ideológica marxista, que já cultivava desde o Brasil. Sua opção política era contrária à de seu sogro, mas isso não comprometera suas relações. Octalles tivera uma conversa franca e direta com o genro a esse respeito, exigindo que ele não tentasse interferir politicamente na Companhia, que mantinha uma linha neutra.

Superando um preconceito paulista segundo o qual o Rio de Janeiro é um lugar onde não se trabalha, Ênio mudou-se com a mulher e o filho pequeno com o compromisso de ficar por apenas seis meses. Esse tempo, porém, foi suficiente para que se apaixonasse

pela editora e pelas possibilidades que ela lhe oferecia. Dois anos depois, Ênio vendia sua casa em São Paulo e mudava-se definitivamente para o Rio de Janeiro. Com o dinheiro da venda, comprou as ações de Fenício, irmão de Octalles. A editora vivia então um período de rápida expansão, chegando a publicar vinte livros por mês, ou seja, mais de um livro por dia útil. Alguns livros alcançaram grande sucesso, como *O velho e o mar*, de Ernest Hemingway, que teve uma tiragem inicial de vinte mil exemplares.

Um dos fatores que contribuíram para o sucesso da editora foi a postura de Ênio de não sacralizar o livro, mas, ao contrário, de desmistificá-lo e popularizá-lo. Foi ele quem introduziu no Brasil a brochura aparada e quem começou a empregar propaganda maciça na venda dos livros, utilizando inclusive *outdoors*, o que não era muito comum na época. Investiu em livros de bolso, feitos em papel-jornal, para serem vendidos a preços bem acessíveis nas bancas de jornal. Essas atitudes provocaram um certo choque entre os editores mais conservadores. Ênio defendia que o livro não fosse um objeto de consumo apenas para a elite. O acesso a ele deveria ser democratizado, como uma forma de impulsionar o processo cultural brasileiro. O lema da Civilização Brasileira, “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”, sintetiza a ideologia da editora: é preciso facilitar o acesso ao livro e incentivar a leitura para que o povo seja capaz de, falando, ouvindo e vendo, lutar contra as forças que o oprimem.

Junto com a expansão da editora, porém, começaram a surgir divergências ideológicas entre Ênio e seu agora sócio Octalles. Alguns livros que Ênio desejava editar eram vetados pelos conselheiros da CEN em São Paulo. Havia realmente um movimento na direção da publicação de certos autores marxistas que incomodava Octalles. Ele próprio confirmava isso: “Eu sou um editor tradicional, gosto de conservar nossa tradição cultural. Já o Ênio é um editor de vanguarda, sempre pronto a lançar novas idéias”. (HALLEWELL, 1985, p.453) Para resolver o impasse, Ênio foi então, aos poucos, comprando as ações de seu sócio.

Quando se tornou acionista majoritário, Ênio pode publicar livremente autores “que repensassem criativamente o processo social, político e econômico brasileiro”, (FERREIRA, 1992, p.56) fossem eles marxistas ou não. A independência ideológica e partidária sempre foi uma das marcas da Civilização Brasileira. Tanto que ao ouvir representantes do Partido Comunista Brasileiro referirem-se à Civilização como “nossa

editora”, Ênio reagiu afirmando resolutamente que a editora não pertencia ao Partido. E chegou mesmo a enfrentar Luís Carlos Prestes quando ele manifestou seu desagrado por um determinado título lançado pela Civilização. Ênio comentava assim a linha editorial de sua empresa:

“O nosso catálogo era bastante eclético, mas de um modo geral ele se situava numa linha ideológica bem marcada, sobretudo com os estudos brasileiros, que eram sempre transformadores da realidade, num sentido que a classe dominante e seus porta-vozes não queriam que fossem. Ou seja, se você perguntar se a Civilização Brasileira ajudou a encaminhar um projeto, uma utopia socialista no Brasil? Respondo que sim, sem sombra de dúvidas. E isso eles achavam mais perigoso que qualquer plataforma política ou, na fase final, pós-64, mais perigoso que um assalto a banco”. (FERREIRA, 1992, p.93)

O arejamento de idéias era realmente necessário. A juventude brasileira era cerceada, limitada culturalmente. E respondeu com muito entusiasmo quando passou a ter acesso a pensadores de suma importância internacional. Jovens marxistas, como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, foram se aproximando da editora e passaram a colaborar muito com ela – inclusive na pioneira tradução da obra de Gramsci no Brasil. Ainda antes do Golpe, a Civilização publicou a primeira versão completa de *O Capital*, de Marx, em português. E lançou a coleção “Retratos do Brasil”, que Ênio considerava uma espécie de “Brasileira viva”, pois era mais voltada para os problemas atuais do país naquela época, enquanto a coleção editada pela CEN era dedicada à importante preservação e publicação de documentos do passado.

À ousadia nos títulos, Ênio juntava modernas técnicas na apresentação gráfica do livro. Contando com o trabalho do capista Eugênio Hirsch, que dizia de si mesmo “eu não vim para agradar, vim para agredir”, a Civilização Brasileira revolucionou a indústria editorial brasileira quanto ao aspecto gráfico.

A atividade editorial, mais do que qualquer outra atividade empresarial, é forçada a se equilibrar constantemente entre o que Ênio Silveira gostava de chamar, citando o romance de Orígenes Lessa, “o feijão e o sonho”. Como empresa, precisa ser economicamente viável, ser um negócio rentável. Como instrumento de difusão cultural, precisa seguir uma ideologia, muitas vezes utópica. O editor deve saber conciliar uma boa administração financeira e uma perspicaz visão de mercado sem abrir mão de seus valores

fundamentais, ainda que estes lhe custem certa redução nos lucros. Sobre sua postura ética, dizia Ênio:

“Não é justo que num país de subnutridos ou desnutridos, sendo eu um homem amparado por uma solidez familiar, amparado por uma solidez biológica, de alimentação adequada, de estudo adequado, de conforto e dos prazeres da vida, e tendo nas mãos uma arma de cultura, disseminadora de cultura, a utilize impropriamente. Sempre tive uma auto-imposta visão ética da minha profissão de editor. Acho que ser editor num país como o Brasil, em qualquer lugar do mundo eu diria, mas particularmente num país como o Brasil, impõe a obrigação de querer transformar esta sociedade, melhorá-la, aprimorá-la. Tudo o que pude fazer como editor foi nesse sentido. Sem medir sacrifícios e sem me subordinar cem por cento ao feijão. Eu talvez tenha, fazendo uma autocrítica, freqüentemente me deixado dominar mais pelo sonho do que pelo feijão (...)”. (*Id.*, pp.99-100)

Talvez por ter, abertamente, dedicado-se mais ao sonho do que ao feijão, a Civilização Brasileira foi uma das editoras mais perseguidas durante a ditadura militar. Sua linha editorial voltada para a publicação de obras e autores considerados “subversivos” lhe valeu rigorosos enfrentamentos com a censura e a política repressiva dos generais. Logo após o Golpe de 1964, o editor Ênio Silveira teve seu nome incluído em uma das primeiras listas de pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados. Os livros da Civilização Brasileira passaram a ser apreendidos nas gráficas ou mesmo nas livrarias. A pressão para que os livreiros não comprassem mais livros dessa editora era enorme, e muitos, intimidados, deixaram de encomendar livros da Civilização. Linhas de crédito foram cortadas, e as dificuldades financeiras da editora agravaram-se substancialmente.

À pressão financeira, somavam-se as prisões do editor (foram pelo menos sete) e os atentados contra a editora e sua livraria, que se tornara importante ponto de encontro de intelectuais contrários ao regime. Era a estratégia do terror, lançada sobre todo o país.

No fim da década de 70, com o início da abertura, as pressões sobre a Civilização Brasileira haviam se acumulado de forma insuportável. Ênio Silveira foi obrigado a vender a editora, mantendo-se como diretor editorial. O novo dono, o banqueiro português Manuel Bulhosa, respeitava e admirava profundamente o trabalho de Ênio, apesar de, politicamente, alinhar-se em campo oposto. Por mais de dez anos, até a sua morte, Ênio continuou como diretor da Civilização e como conselheiro da Bertrand – grande editora de Bulhosa em Portugal, que depois inaugurou aqui a Bertrand Brasil – e da Difel. Em 1996, pouco depois da morte de Ênio, Bulhosa vendeu o grupo BCD (Bertrand, Civilização e Difel) para o poderoso grupo Record.

A Revista

A *Revista* Civilização Brasileira (RCB) teve vinte e dois números publicados entre março de 1965 e dezembro de 1968. Sua importância como núcleo de resistência intelectual à crescente opressão da ditadura militar é destacada por todos os que viveram a época. Estudar esse periódico, analisando seu conteúdo e fazendo uma breve síntese de suas características físicas é, portanto, uma forma de recuperar uma parte significativa da memória do nosso país.

No formato de 14 x 21cm e com uma média de 300 páginas por volume, a RCB assemelha-se, visualmente, a um livro. Sua periodicidade bimensal, porém, e seu conteúdo altamente diversificado e ligado às questões mais prementes da época em que era publicada fazem dela um periódico no sentido clássico. Todos os números foram impressos na Companhia Gráfica Lux, de propriedade de Félix Cohen Zaide. Vendida nas livrarias ou podendo ser adquirida por assinatura – inclusive no exterior –, a *Revista* chegou a ter, em alguns números, a impressionante tiragem de 20 mil exemplares, esgotados rapidamente.

Não é tão difícil compreender o sucesso da RCB. A ditadura implantada com o Golpe de 64 ainda não tinha calado a voz da imprensa e da intelectualidade, como o faria a partir de dezembro de 1968, mas já começava a exercer uma forte pressão sobre os que se manifestavam contra o regime. O clima pesava com as denúncias cada vez mais frequentes de tortura, com os exílios forçados, com as cassações. Os fatos eram ainda muito recentes, e os rumos, incertos. A tensão e a inquietação levaram a um movimento de intensa análise da situação, em termos políticos, econômicos e culturais. Expor as relações de poder – nacionais e internacionais – que levaram ao Golpe era uma forma de tentar compreendê-lo, e de organizar uma reação. Os intelectuais de esquerda – e é necessário frisar: não apenas os marxistas ortodoxos, mas de todos os matizes da esquerda – encontraram na RCB um veículo de expressão e livre debate de suas idéias. A intelectualidade nacional – e parte da internacional também – estava ávida por um espaço em que fossem discutidos com coerência e clareza, sem sectarismos, os rumos que o país vinha tomando.

As primeiras páginas da *Revista* eram sempre ocupadas pelo “Roteiro” ou “Índice”. Até o número 10, o “Roteiro” agrupava os artigos em categorias que indicavam os principais temas sobre os quais se debruçava a *Revista*. Eram elas: Política Nacional, Política Internacional, Economia, Literatura, Cinema, Teatro, Artes Plásticas, Música,

Documentário, Problemas Culturais e Filosóficos, Ciência e Tecnologia, Cultura Popular, Direito, Problemas Sociais e Políticos, História e Notas de Leitura. Evidentemente, nem todos os números traziam artigos em todas as categorias, de modo que eventualmente alguma delas não era publicada. Do número 11-12 em diante, porém, esse agrupamento por categorias foi eliminado. O “Roteiro” ou “Índice” passou a listar apenas os títulos dos artigos e os nomes dos autores, sem fazer qualquer divisão temática. Isso provavelmente se explica por uma diminuição no número de contribuições ou por dificuldades financeiras que impuseram uma redução no tamanho da *Revista*. Com menos artigos, uma divisão em blocos temáticos não era mais necessária. É preciso lembrar que houve um processo de endurecimento do regime ditatorial contra as manifestações da oposição, e que isso tornou o trabalho dos editores e dos colaboradores da RCB mais difícil e arriscado.

Possivelmente também por problemas com a repressão, o quadro com os nomes dos integrantes do Conselho de Redação da *Revista* deixou de ser publicado a partir do número 5-6. Até o número 4, figurava como diretor responsável o editor Ênio Silveira e como secretário o filósofo Roland Corbisier. Como integrantes do Conselho, nomes como o de Alex Vianny, Álvaro Lins, Antônio Houaiss, Dias Gomes, Ferreira Gullar, Haiti Moussatché, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Moacir Werneck de Castro, Nelson Lins e Barros, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni e Paulo Francis. Abaixo da lista dos nomes, uma nota advertia que as matérias não-assinadas eram de responsabilidade do Conselho de Redação. No entanto, o jornalista Moacir Werneck de Castro afirmou em depoimento para este trabalho que o Conselho não tinha uma participação efetiva nas decisões e na seleção de material para a *Revista*. Muitas vezes os nomes que ali constavam haviam sido incluídos por uma questão de cortesia ou de amizade. “Não haveria nem tempo para sentar e discutir entre todos o que ia ou não ser publicado”. Eunice Duarte, em seu depoimento, confirmou esse distanciamento. Segundo ela, apenas Paulo Francis, Ênio Silveira, Moacyr Félix e ela própria estavam envolvidos diretamente na produção da RCB. As contribuições chegavam espontaneamente (quase nunca se encomendava uma matéria ou artigo a alguém), eram analisadas e alocadas nos diferentes números publicados.

Há uma quebra na periodicidade da *Revista* após o número 4, publicado em setembro de 65. O número 5, que deveria sair em novembro, sai apenas em março de 66, junto com o número 6. Esse volume, que não traz mais a relação dos nomes do Conselho de

Redação, aponta como diretor responsável M. Cavalcanti Proença, e como secretário, Moacyr Félix. Essas alterações, somadas ao atraso na publicação, podem indicar que a *Revista* passara por alguns problemas com o regime. Laurence Hallewell, em *O livro no Brasil*, afirma sobre a alteração da Direção no número 5-6: “Em outubro de 1965, pressões do governo Castello Branco obrigaram Ênio Silveira a retirar-se da direção nominal tanto da *Revista* como da editora para evitar que houvesse uma ação oficial direta contra elas. Naquela altura ele já fora preso três vezes”. (HALLEWELL, 1985, p.486) Alguns números depois, com o falecimento de Cavalcanti Proença, Moacyr Félix assume como diretor responsável e Dias Gomes como secretário.

Nem todos os números da *Revista* traziam editoriais, que, quando apareciam, eram sempre bastante diversificados quanto ao tema e à forma. O primeiro deles, intitulado “Princípios e propósitos”, apresenta a *Revista* e estabelece sua linha ideológica. Pode-se resumir assim a base da RCB: os princípios de liberdade – ou democracia – e de crença em um futuro melhor e o propósito de ser um espaço para o estudo e o debate profundo das questões brasileiras, sempre voltados para a superação das desigualdades sociais e do atraso em que o País se encontrava – e se encontra ainda hoje. De fato, ao longo de todos os números se poderá observar a coerência mantida em relação a essas postulações iniciais.

O segundo número da *Revista* traz, em lugar do editorial, a reprodução de uma entrevista concedida pelo marechal Henrique Teixeira Lott ao *Correio da Manhã*. Uma pequena nota introdutória explica que o texto preparado pela Direção para abrir o volume – em que se manifestava “o júbilo pela extraordinária acolhida que teve nossa *Revista* em todo o País”, tendo a primeira edição, com tiragem de 10 mil exemplares, se esgotado em apenas 25 dias – foi substituído pela entrevista do marechal Lott por ser ela “uma síntese precisa de tudo aquilo que desejaríamos dizer”. E o que diz Lott, ou pelo menos o tom geral do que ele afirma, está de certa forma resumido no parágrafo inicial de sua fala:

“Só é legal o Poder que emana do povo e que em seu nome é exercido; a autoridade não será legítima se não se basear nesse princípio. É por esse motivo que as ditaduras só se mantêm pela violência e pela corrupção. A mais frágil das ditaduras é, exatamente, a ditadura militar porque de um lado contribui para impopularizar as Forças Armadas e de outro as contamina com o micróbio da corrupção”. (RCB, n.2, p.3)

Com isso, pode-se dizer que os dois primeiros números da *Revista* abrem seus volumes com manifestações abertamente contrárias ao regime instalado pelo Golpe de 64. O mesmo tom, evidentemente, se manterá nos artigos que os compõem. Nos números 3 e 4, no entanto, essa oposição ao governo militar se fará de forma ainda mais direta: o editor da *Revista* – e dono da Editora Civilização Brasileira – Ênio Silveira dirige-se diretamente ao presidente Castello Branco em suas duas famosas “Epístolas ao marechal”, a primeira intitulada “Sobre o ‘Delito de opinião’”, e a segunda, “Sobre a vara de marmelo”.

Nos números seguintes, os editoriais são muitas vezes substituídos por matérias não-assinadas em que se faz um balanço da situação social, política e econômica do país, sempre com uma postura crítica. Dentre elas, deve-se destacar o questionário proposto pela RCB a personalidades da vida pública nacional (n.7, de maio de 1966), em que nomes como o dos governadores Magalhães Pinto (de Minas Gerais), João Agripino (da Paraíba) e Adhemar de Barros (de São Paulo), dos generais Mourão Filho, Pery Bevilacqua e Cordeiro de Farias e do marechal Eurico Gaspar Dutra, dentre outros, respondiam a quinze perguntas bastante provocadoras sobre o quadro geral da política brasileira. A primeira delas, apenas para que se tenha noção do tom que orientava o questionário, era a seguinte: “Considerando a vigência dos Atos Institucionais, caracteriza como democrático o regime vigente no Brasil?” (RCB, n.7, p.17)

Um dos temas mais recorrentes nos diversos números da RCB foi a questão da coleção didática *História Nova do Brasil*. Os jovens professores de história responsáveis pela publicação foram perseguidos, presos, torturados, forçados ao exílio. Pesava sobre eles a acusação de adotarem visões marxistas que distorciam os fatos da realidade nacional. Incansável, o historiador e general Nelson Werneck Sodré, coordenador da coleção, publicou na RCB diversos artigos condenando a ação dos militares nesse caso, oferecendo-se para prestar depoimentos, respondendo àqueles que endossavam o julgamento das autoridades.

O nome de Werneck Sodré aparecia em vários números da *Revista*, mas não apenas relacionado ao caso da *História Nova*. Ele era também responsável pela seção de crítica literária, que não tinha um molde estabelecido, mas, ao contrário, apresentava configurações variadas a cada número. Com isso, prezava-se a abertura e a possibilidade de abordar diversas publicações, de gêneros distintos. A crítica literária, porém, era sempre

acompanhada de considerações sobre o contexto cultural e social, o que significava, necessariamente, um comprometimento político.

Ao lado da seção de Sodré, a literatura era também tema de inúmeros artigos, que abordavam a produção nacional e internacional. Uma das matérias a ser destacada é a pesquisa “Poetas falam de poesia”, coordenada por Olga Werneck. Grandes poetas brasileiros expunham ali suas reflexões sobre o fazer poético e o papel da poesia, entre outras questões. Muitos chegaram mesmo a publicar poemas inéditos nas páginas da RCB, tornando-a uma referência também no meio cultural.

As questões culturais ocupavam um importante espaço na *Revista*. Havia forte preocupação em recolher e repensar o momento cultural brasileiro e internacional, avaliando-o criticamente. A efervescência do mundo artístico na segunda metade da década de 60 – dividido entre o engajamento e a alienação, o retorno às raízes populares e o experimentalismo da vanguarda – era reproduzida em artigos, debates e entrevistas. Reunindo em seus diversos volumes temas polêmicos, extremamente contemporâneos, e nomes de grande destaque no cenário artístico nacional e mundial, a RCB tornou-se portadora das vozes de uma geração, retrato vivo de uma época que não se acabou de todo. Muitas das questões discutidas em suas páginas permanecem ainda hoje, motivando debates e discussões. Por trás das críticas e apreciações aparentemente circunstanciais, estavam conceitos fundamentais sobre arte e cultura e reflexões profundas e permanentes sobre os rumos da humanidade.

Embora as questões nacionais de fato constituíssem o foco principal da *Revista*, diversas seções debruçavam-se sobre assuntos internacionais. Basta que se veja o número – e a expressividade – de seus colaboradores estrangeiros: Georg Lukács, Linus Pauling, Jean-Paul Sartre, Bertolt Brecht, Roger Garaudy, Antonio Gramsci, Pier Paolo Pasolini e muitos outros tiveram artigos traduzidos e publicados, fossem eles produzidos especialmente para a RCB ou não. Esses artigos tratavam não só de política e economia, mas também de ciências e questões culturais. Exerceram, portanto, um importante papel na abertura da intelectualidade brasileira para outras correntes de pensamento, e ofereceram à juventude novos caminhos para o debate. É nesse sentido que se destaca a importância da RCB como divulgadora, no Brasil, de pensadores e teorias de extrema relevância internacional, muitas vezes até então inéditos no país.

Além dos 22 números regulares, a RCB teve três Cadernos Especiais. O primeiro, lançado em novembro de 1967, é inteiramente dedicado à análise dos cinquenta anos da Revolução Russa. Traz uma apresentação em que se afirma a intenção dos Cadernos Especiais: analisar monograficamente temas e problemas da atualidade brasileira e internacional. Mais uma vez, são reafirmados os princípios de independência intelectual e de busca da verdade. E se anunciam os temas dos próximos números especiais: “Teatro e realidade brasileira” e “Função e responsabilidade do intelectual no mundo moderno”.

O segundo número sai em julho de 1968. A nota de abertura apresenta o volume e seu objetivo de traçar um panorama do novo teatro como parte “refletida e refletora de nossa realidade”, e já adverte para o grande número de polêmicas que os artigos contêm, pela diversidade de visão de alguns articulistas e entrevistados. Participam dessa grande discussão, expondo as mais diversas e por vezes contraditórias opiniões, personalidades do mundo artístico e teatral como Dias Gomes, Luiz Carlos Maciel, Oduvaldo Vianna Filho, Anatol Rosenfeld, Flávio Rangel, Cacilda Becker, Ferreira Gullar e Augusto Boal.

O terceiro Caderno Especial, de setembro de 1968, no entanto, não segue o tema inicialmente planejado e exposto na nota de abertura do número 1. As circunstâncias históricas o forçam a abordar um assunto mais premente: a invasão da Tchecoslováquia ocorrida no mês anterior. A nota de abertura afirma que a *Revista* não tem “a pretensão nem a possibilidade de fazer a cobertura jornalística desse processo político em pleno desenvolvimento que é a crise deflagrada pelos eventos na Tchecoslováquia”, (RCB, Caderno Especial n.2, p.3) mas deseja contribuir de forma crítica e consciente para a discussão do acontecimento. A posição fixada pela Direção no editorial intitulado “A crise no mundo socialista” deixa claro seu repúdio à ocupação soviética, e indica que esse fato apenas contribuirá para o agravamento da crise que já se percebia nos países socialistas. Um farto documentário, incluindo manifestos e relatos sobre as condições de vida – políticas, econômicas, sociais e culturais – na Tchecoslováquia e no mundo socialista como um todo, faz desse Caderno Especial um importante retrato histórico sobre os acontecimentos internacionais de agosto.

O número prometido sobre a função e a responsabilidade dos intelectuais no mundo moderno acaba nunca sendo realizado.

Como se pode ver pelo exposto até aqui, a *Revista* caracterizava-se por uma enorme amplitude temática. Em cada um de seus volumes, inúmeros e variados temas eram abordados por diferentes autores. Além das seções analisadas brevemente acima, há outras igualmente importantes: a de economia, a de ciência e tecnologia, a de cultura popular etc.. Por limitações de espaço, será impossível comentar cada uma delas isoladamente.

A abertura para diversas áreas e temas é coerente com a proposta expressa no editorial do número 1. Ali se estabelece o não-sectarismo e o princípio máximo de liberdade de pensamento – desde que esse pensamento não compactue com a ordem política, econômica e social então vigente no país. Carlos Nelson Coutinho, que esteve sempre próximo de Ênio Silveira na Editora e também na *Revista*, vê uma sintonia entre essa abertura e a ideologia marxista, que prega uma visão totalizante e revisionista da realidade.

A simples apresentação, brevemente comentada, dos aspectos aqui apontados já seria suficiente para demonstrar a importância da *Revista Civilização Brasileira* como veículo de resistência intelectual nos anos em que foi publicada. O lugar de destaque que ocupava pode ser confirmado pela expressividade de seus colaboradores, pela rápida venda de tiragens indiscutivelmente grandes para periódicos do gênero, pela relevância dos debates que se travavam em suas páginas e pela repercussão que provocava.

Em seu discurso de posse no Pen Club do Brasil, em 20 de agosto de 1991, Ênio Silveira destaca, dentre suas realizações profissionais, a publicação da RCB:

“Marco refulgente dessa fase foi a edição da *Revista Civilização Brasileira* (...). Considerada nos meios culturais e universitários do Brasil e do mundo inteiro como um padrão de dignidade da *intelligentsia* brasileira diante das forças do obscurantismo, essa publicação (...) constituiu um dos maiores galardões de minha carreira e marcará para todo o sempre a presença da editora na história cultural do país”. (FÉLIX, 1998, p.78)

Conclusão

A *Revista Civilização Brasileira* foi um veículo extremamente importante na expressão de idéias contrárias ao regime ditatorial imposto pelo Golpe de 64. Regida pelos princípios do livre pensamento e do não-sectarismo, abrigou em suas páginas representantes de diversos matizes de esquerda, sem se restringir ideologicamente. A única exigência era a de que todas as idéias ali expostas fossem orientadas, coerentemente, no sentido de condenar a situação política, econômica e social do Brasil que se vivia então. Em seus vinte e dois números, a *Revista* reúne artigos e matérias que fazem uma análise crítica de temas polêmicos e atuais, oferecendo ao público a possibilidade de abertura e de aprofundamento teórico. A cultura e a arte passavam por uma fase de grande efervescência, e isso se refletia nas páginas da RCB. Assim, pode-se dizer que ler a *Revista Civilização Brasileira* é como vasculhar um baú em que se guardam, intocadas, memórias de um passado que não acabou, pois que nos constitui ainda hoje como povo e como Nação.

A RCB atuou na brecha que existia nos primeiros anos da ditadura militar. Sua existência marcou época, e faz parte da experiência dos que viveram aqueles anos. A leitura da *Revista* faz com que se perceba não só o que *foi* a resistência intelectual a todas as formas de opressão mas também dá mostras de como essa resistência pode *continuar a ser*, e de como se faz necessária nos dias atuais. É, portanto, não só uma leitura que se volta para o passado, mas algo que pode esclarecer e desvendar o presente. É por isso que qualquer trabalho sobre a *Revista* jamais a esgotará: suas possibilidades de releituras e atualizações sob diversos ângulos tornam-na um assunto praticamente inesgotável.

A conclusão, coerente com os princípios da *Revista*, é aberta e convida a novas reflexões. O que fica evidente, depois de concluída a pesquisa, é o quanto ainda há a pesquisar. E mais: o quão atuais são os temas discutidos nos vinte e dois números da RCB, o quanto ainda pode deles ser aproveitado, o quanto ainda pode ser extraído como lições de coragem e ousadia, de ética e de compromisso com as causas coletivas. Essas lições, em um tempo como o de hoje, em que reinam a individualidade e o egoísmo, a omissão e a apatia, a cumplicidade com as injustiças e a desonestidade, são mais do que apenas ecos de um passado histórico: são chaves que apontam para a possibilidade de um futuro mais justo e menos desigual, baseado no respeito e na tolerância entre os seres humanos.

Referências bibliográficas

- FÉLIX, Moacyr (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FERREIRA, Jerusa Pires (org.) *Editando o editor: Ênio Silveira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Com-Arte, 1992.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 2ed.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1977. 2ed.
- Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965-1968.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio: O CPC da UNE. In BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Depoimentos

Eunice Duarte
Carlos Nelson Coutinho
Ferreira Gullar
Leandro Konder
Moacir Werneck de Castro